

PARECER JURÍDICO

Número: 023/2019/ L.C. FMS.

Solicitante: Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde de Catalão – Go.

Protocolo n.º 2019019819

Assunto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de consumo médico-hospitalares (itens fracassados do pregão n.º 028/2019) para atender a Secretaria Municipal de Saúde, suas Unidades Básicas de Saúde – UBS, Programa de Saúde da Família – PSF, a Unidade de Pronto Atendimento – UPA, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, Centro de Diagnóstico Municipal de Catalão “Dr. Silvio Paschoal”- CDI, Centro Integrado da Mulher – CIM, Centro de Referência em Habilitação – CRR, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, Centro Integrado Odonto Médico – CIOM, Centro Integrado de Pediatria e Hemocentro Regional de Catalão para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Catalão para o período de 12 (doze) meses, conforme estipulado no Termo de Referência.

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO. ANÁLISE. DIREITO ADMINISTRATIVO. PREGÃO PRESENCIAL N.º 079/2019. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATALÃO - GO. PROCESSO N.º 2019019819. BENS E SERVIÇOS COMUNS. MINUTA DO EDITAL E CONTRATO. APROVAÇÃO. FUNDAMENTO: ART. 40 E 55 DA LEI N.º 8.666/93 E ART. 3.º E 4.º DA LEI N.º 10.520/02.

I. PRELIMINAR DE OPINIÃO:

Antes de adentrarmos ao mérito do presente parecer é de ser verificado que a condução da análise técnico jurídica é vinculada à atividade prevista legalmente da função da advocacia, em especial conforme disposto na Lei Federal n.º 8.906/94, que estabelece o Estatuto da Advocacia e da OAB.

CMarcelo

Para confecção desse instrumento, necessário notar-se a isenção do profissional e o seu caráter opinativo (Art. 2º, parágrafo 3º da citada Lei Federal n.º 8.906/94), corroborado este entendimento pela liberdade administrativa do responsável, Gestor, já que este poderá ou não seguir a opinião técnica segundo sua conveniência e finalidade.

O Gestor Público é livre para conduzir a Administração Pública, subordinando-se, contudo, às vertentes das normas de regência, em especial, os Princípios Constitucionais do Direito Administrativo.

Classifica-se a presente peça como opinião técnica quanto à regularidade legal do procedimento, desvinculadas das finalidades que os justificam e tendo por base o próprio procedimento.

Nesse momento, convém ressaltar que o termo de referência, eis que, a justificativa, avaliação do custo e discriminação do objeto, especificações técnicas dos itens que compõem o objeto, quantitativos, prazo e condições de entrega, obrigações da contratante e da contratada, orçamentos, declaração de despesa orçamentária, são de responsabilidade do elaborador, visto que essa Assessoria Jurídica não possui conhecimentos para adentrar em aspectos eminentemente atinentes à área técnica.

Conforme dito, excluindo-se os elementos técnicos e econômicos que embasaram o procedimento, a análise será sobre os elementos ou requisitos jurídicos da Minuta do Edital.

II. RELATÓRIO:

Trata-se de procedimento administrativo identificado pelo n.º 2019019819, pelo qual a Secretaria Municipal de Saúde de Catalão – GO, por intermédio da Diretora de Compras e Suprimentos, Sra. Michele Aparecida Aires, informa ao Secretário Municipal de Saúde a necessidade de aquisição de materiais médico-hospitalares, dos itens que foram fracassados no pregão

Manuel

028/2019, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e suas Unidades.

Em análise anterior, eis que no Parecer n.º 014/2019/L.C.FMS. juntado aos autos, confirmou-se o atendimento ao disposto no artigo 3º, incisos I ao VI da Instrução Normativa n.º 010/2015 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, com ressalvas, indicando a necessidade de apresentação nos autos da estimativa de quantidades a serem adquiridas, devidamente justificada.

Após, a Comissão de Licitação, autuou o Procedimento Administrativo n.º 2019019819 na modalidade Pregão Presencial sob o Sistema de Registro de Preços, sob o n.º 079/2019, anexando o decreto n.º 1.518 de 13 de junho de 2019 que dispõe sobre a nomeação de Presidente da Comissão de Licitação, Membros da Equipe de Apoio e Pregoeira (o), atendendo o inciso VII da Instrução Normativa n.º 010/2015 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.

Ainda, acostou aos autos, a Minuta do Edital contendo X anexos, referente ao Pregão Presencial registrado sob o número 079/2019, Sistema Registro de Preços, do tipo menor preço por item, respeitando os incisos VIII e IX da Instrução Normativa n.º 010/2015 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, tendo sido volvidos os autos a esta Assessoria Jurídica para, em conformidade com o que dispõe o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, manifestar sobre a legalidade do referido instrumento na ótica dos artigos 40 e 55 do mesmo diploma para continuidade do certame e cumprimento de seus objetivos, e acolhendo o inciso X da Instrução Normativa n.º 010/2015 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.

É o breve relato, passo ao parecer.

III. ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO:



Inicia-se a análise, recorrendo-se sobre a modalidade eleita:
Pregão Presencial.

O Pregão é disciplinado pela Lei nº 10.520/2002 destinando-se à aquisição de bens e serviços comuns.

Como é sabido, consideram-se bens comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser de maneira concisa e objetiva definidos no edital, ou seja: para serem considerados comuns os bens devem estar em conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado.

No caso, pretende-se por pregão licitar a aquisição de materiais médico-hospitalares de itens que foram fracassados no pregão 028/2019, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde e suas Unidades.

Por ser de natureza comum, os bens pretendidos, nos termos do art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.520, de 2002, julga-se adequada a opção da Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde de Catalão – Go, a contratação mediante pregão.

Na concepção de Marçal Justen Filho, “[...] bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio” (Pregão – Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico. Editora Dialética, São Paulo, 2005, pág. 30)

Em se tratando de SRP - Sistema de Registro de Preços, no que concerne especificamente a esta forma de processamento, a par da modalidade concorrência prevista no art. 15, §3º, inc. I, da Lei nº 8.666, de 1993, o art. 11 da Lei nº 10.520, de 2002 admitiu-se a utilização do Pregão para a efetivação do registro de preços para eventual contratação de bens e serviços comuns.

CM. Dorelli

Necessário destacar que o Município de Catalão – Go, possui o Decreto n.º 582, de 31 de Agosto de 2017, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei 8.666/1993

Importante ressaltar que o Decreto n.º 7.892, de 2013, que regulamenta o SRP – Sistema de Registro de Preços, em seu art. 3º, fez previsão no mesmo sentido, de maneira que se pode concluir que a utilização do pregão para registro de preços de bens comuns é a modalidade licitatória compatível com a legislação aplicável. Eis: *“Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: I- quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes; II- quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; III- quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou IV - quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração”*

Desse modo, pode-se deduzir que é possível o uso do SRP – Sistema de Registro de Preços nos casos de bens comuns, visto identificar-se na Minuta do Edital a subsunção fática ao art. 3º do Decreto n.º 7.892, de 2013, portanto legitimando a adoção do Sistema de Regime de Preços.

A Minuta do Edital contém: preâmbulo, valor máximo total estimado da aquisição e dos preços registrados em ata, prazo para solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o instrumento convocatório, da dotação orçamentária que custeará as despesas, das condições de participação no certame, do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, da forma de apresentação dos envelopes “Proposta de Preços” (n.º 01) e dos “Documentos de Habilitação” (n.º 02), do credenciamento, da proposta de preços (envelope n.º 01), dos documentos de habilitação (envelope n.º 02), da

Meirelles

abertura dos envelopes de proposta de preços e do julgamento e classificação das propostas, da abertura dos envelopes de habilitação e conclusão, da contratação e execução, da formalização, vigência e publicidade da Ata de Registro de Preços, da rescisão da Ata de Registro de Preços, do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, da utilização da Ata de Registro de Preços por órgão não participante, das alterações da Ata de Registro de Preços, das sanções administrativas, dos recursos administrativos, das disposições gerais.

O Edital traz, ainda, na forma do art. 40, parágrafo 2º, da Lei n.º 8.666/93, Anexo I – Termo de Referência, Anexo II – Modelo de Proposta, Anexo III – Minuta do Contrato, Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços, Anexo V – Modelo de Procuração, Anexo VI – Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos da Habilitação; Anexo VII – Modelo de Declaração de que não emprega Menores de Idade, Anexo VIII - Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, Anexo IX – Modelo de Declaração referente ao artigo 9º, III, da Lei n.º 8.666/1993 e Anexo X – Modelo de minuta de portaria e suplente contratual.

Acertadamente, o Edital aponta e determina o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais, pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras, em atenção à Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações.

No que se refere à minuta de contrato, Anexo III, deve-se atender aos requisitos dos arts. 54 e, mormente, 55, da Lei nº 8.666/93, que assim dispõe: *"Art. 54. Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. § 1º Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos,*

Revis

obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam. Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam: I - o objeto e seus elementos característicos; II - o regime de execução ou a forma de fornecimento; III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento; IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso; V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica; VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas; VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas; VIII - os casos de rescisão; IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei; X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso; XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor; XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos; XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação."

A Minuta do Edital e seus Anexos, atendem a disposição literal dos arts. 40 e 55 da Lei nº 8.666/92 e do art. 3º e 4º, III da Lei nº 10.520/02.

Destaca-se a necessidade de se justificar / provar a necessidade da aquisição e a definição do quantitativo solicitado, devendo ser juntado nos autos, aqueles que por ora não se fez.

Cumpre ressaltar, entretanto, que caberá a Comissão Permanente de Licitação e ao Pregoeiro(a), na forma legal, observar, rigorosamente, os



termos da Lei n.º 10.520/2002, as regras do Edital e subsidiariamente da Lei n.º 8.666/93, dentre outras normas, na condução dos trabalhos, sobretudo a observância intransigente dos princípios licitatórios prescritos no art. 3º da Lei n.º 8.666/13 (legalidade, impessoalidade, moralidade administrativa, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo) e aos princípios que norteiam o Pregão Presencial (celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas).

IV. DA CONCLUSÃO:

Ante o exposto, aprovamos a minuta do Edital e de seus anexos referente ao Pregão Presencial n.º 079/2019, decorrente do Processo Administrativo protocolado sob o n.º 2019019819, visando a aquisição de materiais médico-hospitalares dos itens fracassados do pregão 028/2019 para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e suas Unidades, de acordo com as condições e especificações estabelecidas no Edital e seus anexos, em atendimento a demanda da Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde de Catalão - Go, com todas as observações elencadas e expressas recomendações.

É o parecer S.M.J. sob censura.

Catalão (GO), 18 de Julho de 2.019.


MERIELE NICKHORN
ASSESSORA JURÍDICA
OAB/GO N.º 42.243

